

FAVELA EM PORTO ALEGRE: cartografias, números e definições

O presente trabalho está inserido na pesquisa “Espaço e poder: a disputa discursiva pela favela”, que busca problematizar a construção de critérios de veracidade sobre o espaço da favela no Brasil. O caso de estudo é a cidade de **Porto Alegre**, tanto pela facilidade de acesso aos dados quanto pela relevância desta cidade por seu modelo de orçamento participativo.

Grande parte dos dados utilizados na pesquisa são provenientes dos **censos 2000 e 2010**, coletados no diretório *online* do IBGE, e consistem tanto em arquivos tipo *shape* quanto em tabelas. Os arquivos *shape*, de informação cartográfica, foram manipulados em *software* de informação geográfica, por meio das informações presentes nas tabelas. O bolsista anterior coletou, junto à Procuradoria Geral do Município (PGM), uma lista de **matrículas de regularização jurídica** abertas entre 2000 e 2013, que também foram utilizadas nesta pesquisa. Para a última etapa do trabalho, os dados foram coletados de sites, publicações ou através de contato por *email* com diversas organizações do âmbito da favela, e também se consultou documentos disponíveis nos sites da Organização das Nações Unidas (ONU) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

A primeira etapa da pesquisa consistiu em realizar uma **análise cartográfica comparativa** entre os 266 **aglomerados subnormais** - segundo o censo 2000 do IBGE (2003) - e as 185 **áreas em processo de regularização jurídica** - fornecidos pela Procuradoria Geral do Município (PGM, 2014) - que deixou clara as **poucas áreas de sobreposição** entre as duas categorias, somando apenas 16, como é possível observar na **figura 1**.

Na etapa seguinte, selecionou-se o maior aglomerado subnormal de cada região do orçamento participativo - totalizando 13, pois nem todas as regiões OP possuem aglomerados subnormais - e coletou-se dados demográficos dos censos IBGE 2000 e 2010. A **análise dos dados demográficos** se deu de duas formas: a) comparação, para cada aglomerado, das variáveis no censo 2000 versus censo 2010 e b) comparação dos resultados destas observações entre todos os aglomerados. Os resultados da primeira comparação se mostraram **favoráveis**, como aumento percentual de domicílios com coleta de lixo e abastecimento de água e de moradores alfabetizados. Destaca-se também o aumento de mulheres alfabetizadas e responsáveis. Já na segunda análise comparativa, percebeu-se que os aglomerados subnormais das regiões OP **Glória** e, em especial, **Restinga**, foram os que apresentaram resultados mais distintos dos outros aglomerados, além de **desfavoráveis**, como nas variáveis abastecimento de água e coleta de lixo.

A atividade seguinte da pesquisa foi a aplicação do método das **Áreas Mínimas Comparáveis** (IPEA, 2014) para compatibilizar o censo 2000 ao censo 2010, e permitir sua comparação - pois devido a mudanças metodológicas do censo 2010, o mesmo não seria diretamente comparável com os censos anteriores. Após a aplicação das AMCs, obteve-se um novo *shape* de aglomerados subnormais no ano 2000. O resultado foi uma cartografia **menos díspar** com a cartografia de 2010 do que a original, não mais apresentando aumento de população em aglomerados subnormais e sim **diminuição**, como se esperava devido ao caráter das políticas públicas implementadas pelos governos do período anterior. Na **figura 2** é possível observar os aglomerados subnormais em 2000 e 2010 originais conforme os censos, enquanto a **figura 3** mostra os aglomerados em 2010 sobrepostos aos de 2000 recalculados conforme o método das AMCs. O crescimento no número dos moradores de aglomerados subnormais em Porto Alegre de 2000 para 2010, recalculado, apresenta-se na **mesma taxa** que o crescimento de **população em moradias precárias** no Brasil segundo a ONU (UN-Habitat, 2010), de **2,5%**. Tal resultado é de grande relevância, pois é a **melhor aproximação** a que se conseguiu chegar entre os dados da ONU (referentes a moradias precárias) e do IBGE (referentes a aglomerados subnormais).

Por fim, foi feita uma **compilação de definições**: a) de aglomerados subnormais segundo o IBGE, b) de moradias precárias segundo a ONU, e c) de vilas/favelas segundo organizações não-governamentais. Mesmo sem realizar análise aprofundada sobre as definições de favela coletadas, é possível observar quão distintas são e, em sua grande parte, inexatas. As nomenclaturas, como a de *aglomerado subnormal* para o IBGE, denotam uma discriminação que mesmo trabalhos como este, que tentam elucidar questões acerca da favela, tem dificuldade em combater.

REFERÊNCIAS:

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000**: Agregado por Setores Censitários dos Resultados do Universo. 2a edição. Rio de Janeiro, 2003.

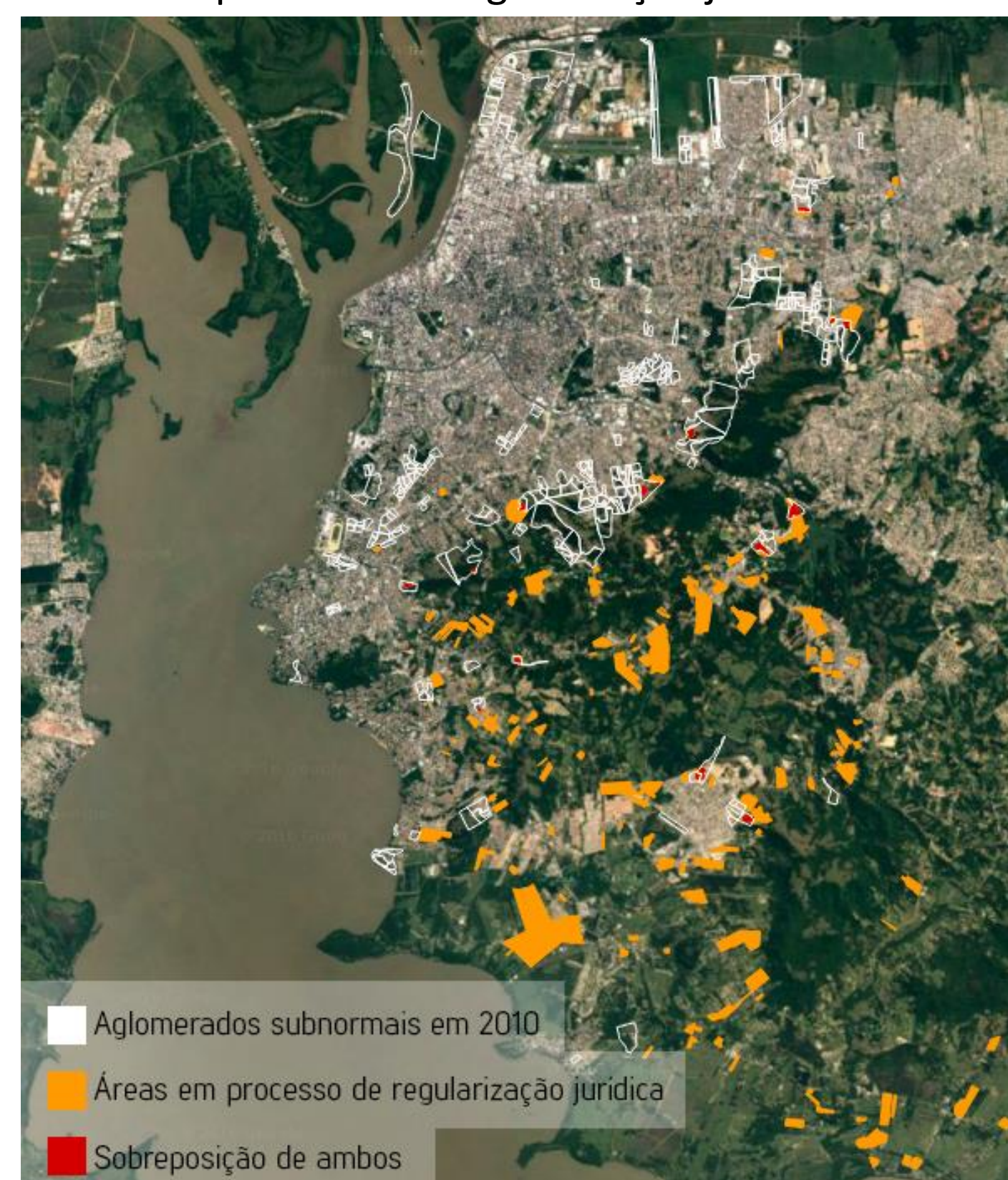
_____. **Censo Demográfico 2010**: aglomerados subnormais – primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. MATION, Lucas Ferreira, NADALIN, Vanessa Gapriotti e KRAUSE, Cleandro. **TD 2009 – Favelização no Brasil entre 2000 e 2010**: Resultados de uma Classificação Comparável. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2009.pdf>.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM. **Loteamentos irregulares em processo de regularização jurídica**. CDs. Porto Alegre. 2014.

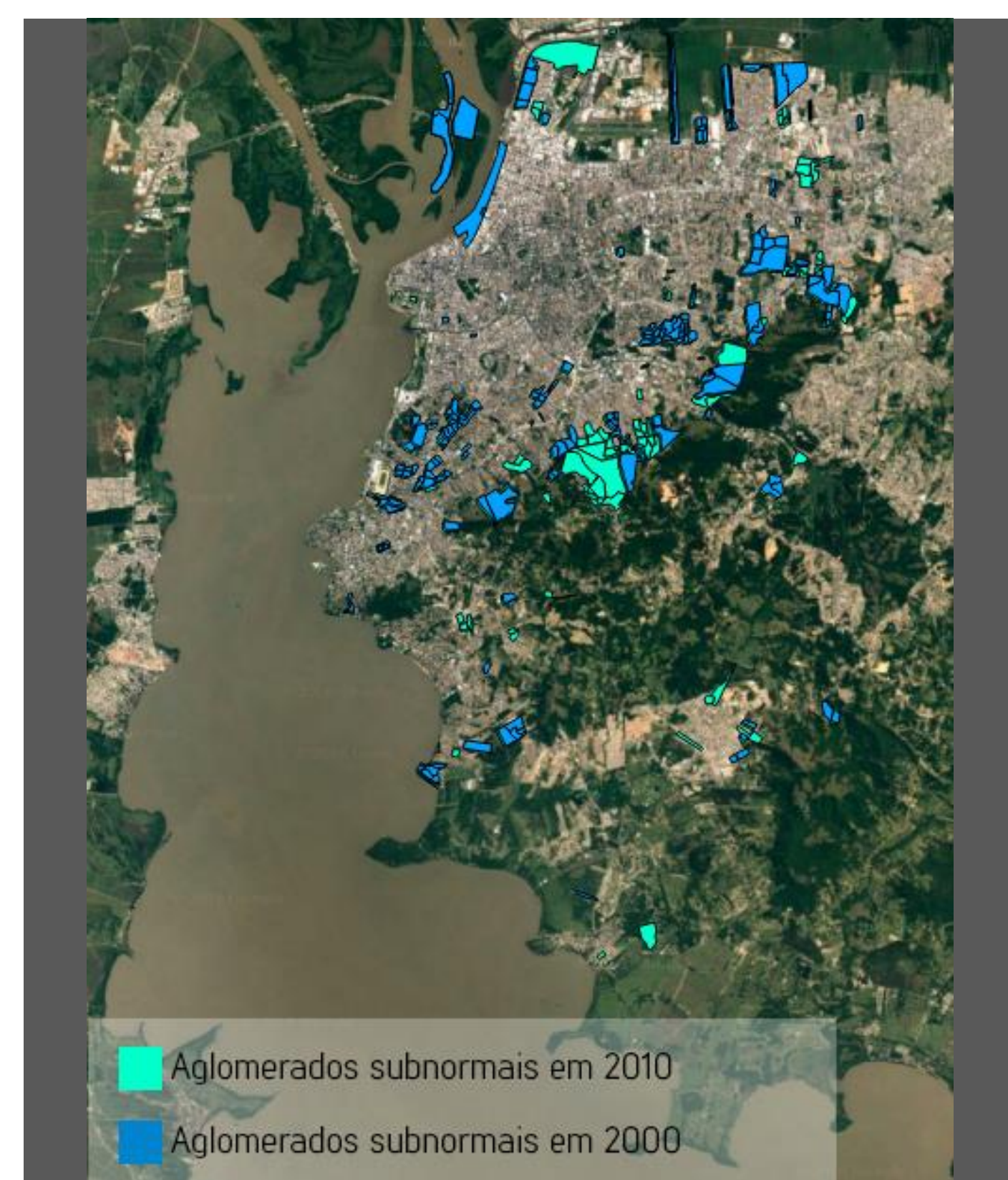
UN-HABITAT. **State of The World's Cities 2010/11** Brindging The Urban Divide. Reino Unido e EUA, ONU, 2010. Disponível em: <<http://mirror.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?publicationID=2917>>.

Figura 1: Aglomerados subnormais censo 2010 e áreas em processo de regularização jurídica



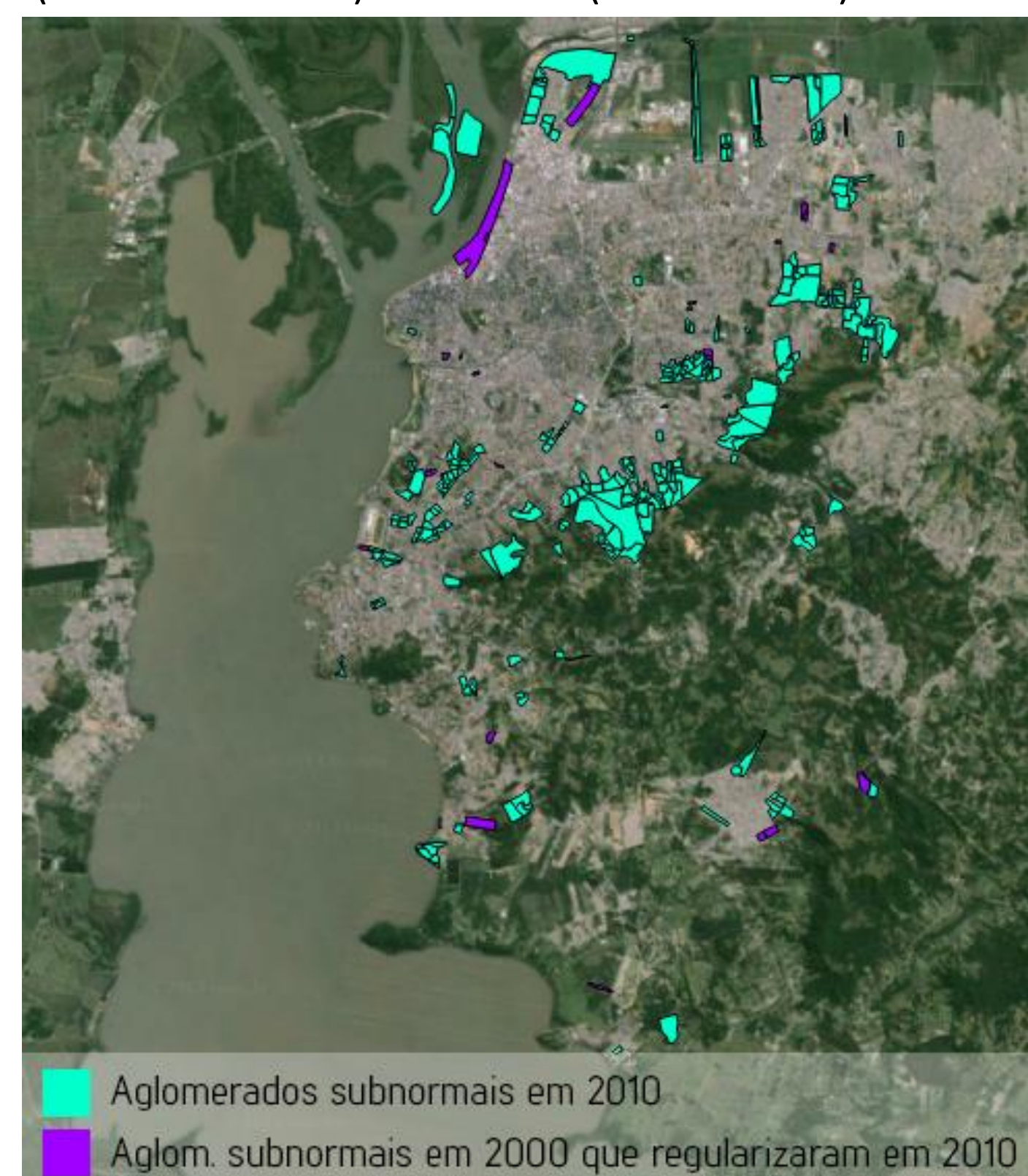
Elaboração da autora conforme IBGE (2010) e PGM (2014)

Figura 2: Aglomerados subnormais em 2000 e 2010 conforme censos



Elaboração da autora conforme IBGE (2003) e IBGE (2011)

Figura 3: Aglomerados subnormais em 2010 (conforme censo) e em 2000 (recalculados)



Elaboração da autora conforme IBGE (2003), IBGE (2011) e IPEA (2014)